

SOLUÇÕES DA FLORESTA

**MOSTRANDO SOLUÇÕES DE POVOS INDÍGENAS
E COMUNIDADES LOCAIS DA AMAZÔNIA, BACIA
DO CONGO E PAPUA PARA A PROTEÇÃO DE
DIREITOS E FLORESTAS**

GREENPEACE

“Soluções da floresta”

mostrando soluções de povos indígenas
e comunidades locais da Amazônia,
Bacia do Congo e Papua para a proteção
de direitos e florestas

Outubro 2025

Crédito imagem de capa:
Forest Expedition Trip in Lokolama, DRC
© Greenpeace / Junior D. Kannah

Autores

Grant Rosoman
Tsering Lama
Andressa Santa Cruz
Bonaventure Bondo
Amos Sumbung
Juliana Torres
Rita Pelicano
Diego Barboza Gonzaga
Romulo Batista
Syahrul Fitra

Projeto Gráfico e Diagramação
Maythê Coelho

Elaboração

Greenpeace Brasil
Greenpeace África
Greenpeace Indonésia
Greenpeace Internacional

INTRODUÇÃO

O GREENPEACE PROMOVE SOLUÇÕES GENUÍNAS, JUSTAS E SUSTENTÁVEIS PARA A CRISE ECOLÓGICA

O Greenpeace promove soluções genuínas, justas e sustentáveis para a crise ecológica, incluindo a proteção e restauração de florestas e oceanos, o fortalecimento de empreendimentos comunitários de produtos florestais não madeireiros, a agroecologia, a criação de áreas marinhas protegidas, práticas de pesca sustentável, o financiamento direto para a proteção da natureza e a mudança nos padrões de consumo. Nosso objetivo é construir um contrapoder ao controle corporativo e apoiar os direitos e a soberania alimentar dos Povos Indígenas e Comunidades Locais (PI&CL), de agricultores e pescadores de pequena escala e dos consumidores, em alinhamento com estruturas baseadas em direitos humanos.

Proteger e restaurar as florestas tropicais — incluindo sua imensa diversidade de espécies e o carbono que armazenam — é fundamental para enfrentar as crises da biodiversidade e do clima, além de garantir um planeta Terra habitável para as futuras gerações. A chave está nas mãos dos PI&CL, detentores tradicionais desses territórios, que não apenas possuem ou manejam grande parte das florestas intactas remanescentes do mundo, como também têm sido os mais eficazes protetores¹ dos ecossistemas. As florestas comunitárias estão associadas a menores emissões de carbono e a menos incêndios florestais, enquanto as áreas sob gestão de PI&CL sofrem menor desmatamento.²

O financiamento de acesso direto (isto é, canalizado diretamente para os PI&CL) tem se mostrado essencial para uma proteção e restauração eficazes das florestas. Também é necessário promover a descolonização da conservação, juntamente com o reconhecimento fundamental dos direitos dos PI&CL sobre seus territórios.

¹ Por exemplo, 36% das paisagens florestais intactas encontram-se dentro de terras indígenas (Fa et al., 2020).

² Tauli-Corpuz et al 2020.

Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X20300498?via%3Dihub>

Neste documento, apresentamos uma seleção de Soluções Florestais dos Povos Indígenas e Comunidades Locais, para demonstrar que existem caminhos práticos e eficazes — evidências concretas de como o financiamento de acesso direto pode ser aplicado com resultados reais.

UMA SOLUÇÃO FLORESTAL É:

- Baseada nos direitos dos PI&CL, reconhecendo e fortalecendo seus direitos territoriais (incluindo processos participativos e o Consentimento Livre, Prévio e Informado), bem como suas culturas e conhecimentos.
- Voltada à proteção dos ecossistemas, com impactos sociais e ambientais positivos, contribuindo para a mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas.
- Liderada e governada pelos próprios PI&CL, incluindo geração de renda, distribuição de benefícios e acesso direto a financiamento para apoiar seus meios de subsistência e práticas de gestão.

UMA SOLUÇÃO FLORESTAL NÃO É:

- ✗ Destruir ou degradar florestas, águas ou sua biodiversidade.
- ✗ Um empreendimento de monocultura em larga escala, uma usina hidrelétrica ou uma operação de mineração.
- ✗ Um projeto de compensação de carbono ou de biodiversidade.
- ✗ Infringir ou desrespeitar os direitos territoriais dos PI&CL, impor valores externos, causar divisão ou conflito social insolúvel ou prejudicar as populações locais.
- ✗ Extrair e exportar produtos florestais sem agregar valor localmente ou sem garantir uma distribuição justa dos benefícios.

TEMAS DAS SOLUÇÕES FLORESTAIS DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES LOCAIS (PI&CL)

Reconhecimento legal dos direitos dos PI&CL

Uma solução fundamental — e condição prévia para a proteção da natureza — é o reconhecimento dos direitos consuetudinários, territoriais e humanos dos PI&CL. Em conformidade com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e com a Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, os Estados têm a obrigação de ratificar e implementar esses instrumentos nos âmbitos local, regional e nacional.

| páginas 7, 14, 23, 30 e 38 |

Mapeamento participativo ou cartografia social

A participação ativa dos PI&CL no mapeamento e na demarcação de seus territórios e águas é essencial para o reconhecimento de seus direitos. Esse processo, conduzido pelos próprios PI&CL com o apoio de parceiros, ajuda a identificar limites físicos e a resolver disputas e conflitos.

| páginas 7, 14, 30 e 38 |

Mulheres e juventude

O desenvolvimento comunitário inclusivo e equitativo requer a plena participação de mulheres e jovens em todos os processos e instâncias de tomada de decisão. Para isso, é fundamental fortalecer suas capacidades e estabelecer grupos ou instituições comunitárias representativas.

| páginas 7, 14, 23 e 38 |

Fortalecimento institucional

Com base em instituições tradicionais e consuetudinárias, a proteção e o manejo das florestas exigem instituições locais fortes e lideranças capazes de conduzir processos e decisões de forma inclusiva. Isso implica o fortalecimento de capacidades dentro das instituições já existentes dos PI&CL, bem como o apoio à criação de novas instituições — muitas vezes em parceria com outras organizações.

| páginas 7 e 38 |

Cadeias de valor da sociobiodiversidade / empreendimentos comunitários de recursos naturais

Gerar renda sustentável para apoiar e melhorar os meios de subsistência dos PI&CL é uma prioridade. Isso envolve sistemas de produção ecologicamente sustentáveis, baseados em conhecimentos tradicionais e práticas culturais, conectados a cadeias de suprimento justas que garantam a repartição equitativa dos benefícios.

| páginas 7, 14, 23 e 30 |

Gestão florestal comunitária

Essa solução permite que as comunidades locais manejem suas próprias florestas para usos tradicionais, extração de produtos florestais e geração de serviços ecossistêmicos. Requer um Plano de Manejo Florestal com capacitação e monitoramento.

| páginas 7, 14, 23, 30 e 38 |

Agroecologia e sistemas agroflorestais (SAFs)

Integrados às cadeias de sociobiodiversidade, aos empreendimentos de recursos naturais e à gestão florestal comunitária, os sistemas agroecológicos e agroflorestais de policultivo e produção em múltiplos estratos são frequentemente praticados pelos PI&CL. Essas práticas baseiam-se em costumes e conhecimentos locais, geralmente com espécies nativas e foco na restauração dos ecossistemas, podendo articular-se a movimentos agrários mais amplos.

| páginas 30 e 38 |

Proteção e restauração florestal

Os territórios e as águas são centrais para a vida, a cultura e a identidade dos PI&CL. A proteção e a restauração ambiental — por meio de sistemas e práticas tradicionais — estão no cerne das soluções florestais. Isso inclui tanto a segurança comunitária quanto a proteção dos ecossistemas frente a diversas ameaças.

| páginas 7, 14, 23, 30 e 38 |

Financiamento de acesso direto

Apesar de seu papel essencial na proteção das florestas, os PI&CL recebem apenas uma pequena fração dos recursos destinados ao clima e à biodiversidade. Canalizar o financiamento de acesso direto para os PI&CL — ao mesmo tempo em que se apoia e fortalece sua capacidade de gerir esses recursos — é essencial e está interligado a todos os demais temas das soluções florestais.

| páginas 7, 23 e 38 |



ESTUDOS DE CASO

DAS TRÊS REGIÕES DE FLORESTAS TROPICAIS

Para demonstrar que as soluções para manter as florestas em pé já existem em diversas partes do mundo — e são implementadas por Povos Indígenas e Comunidades Locais —, o Greenpeace documentou exemplos das três maiores florestas tropicais do planeta: a Amazônia, a Bacia do Congo e a Papua.

INDONÉSIA – SOLUÇÕES FLORESTAIS – ESTUDO DE CASO 1
POVO KNASAIMOS-TEHIT, SUDOESTE DA INDONÉSIA

“A FLORESTA É NOSSA MÃE”

Comunidade / Projeto / Iniciativa:

Knasaimos-Tehit

Localização:

Província de Papua Sudoeste, Indonésia

Área:

97.411 hectares

Soluções florestais:

Mapeamento participativo

Reconhecimento legal dos direitos dos PI&CL

Mulheres e juventude

Empreendimento comunitário de recursos naturais

Fortalecimento institucional;

Proteção florestal

Gestão florestal comunitária

Financiamento de acesso direto

INTRODUÇÃO

A comunidade indígena Knasaimos-Tehit está situada nas densas florestas da Península da Cabeça de Pássaro, na extremidade ocidental da Ilha de Nova Guiné — uma região que abriga a maior diversidade vegetal do planeta e centenas de povos indígenas com culturas e línguas únicas.

“A floresta é um presente precioso que nos foi transmitido por gerações — um bem que sustenta nosso modo de vida. Estamos dedicados a preservá-la, pois ela contém tudo o que precisamos — dos animais às plantas medicinais, das nossas necessidades diárias aos locais de nossas cerimônias e tradições sagradas. Nossa conexão com a terra é profunda; ela nos envolve como o ventre de uma mãe. É parte de nós, e não podemos abandoná-la — não podemos deixar nossa mãe para trás, por mais longe que possamos ir.”

Arkilaus Kladit

líder tribal e membro do Conselho
dos Povos Indígenas Knasaimos

No entanto, as terras tribais dos Knasaimos-Tehit estão na linha de frente das crises da biodiversidade e do clima. Um avanço implacável de programas governamentais de colonização, madeireiros e empresas do agronegócio ameaça destruir suas florestas.³ Apesar dessas pressões, a comunidade tem se mantido como um símbolo de esperança e resistência. Entre 1988 e 1989, rejeitaram um programa de reassentamento de transmigração; entre 2002 e 2003, expulsaram com sucesso madeireiros ilegais de suas terras; e, mais recentemente, rejeitaram propostas de implantação de plantações industriais de óleo de palma em seu território.

“Nosso povo se opõe constantemente ao óleo de palma, porque entendemos que nossa vida econômica, consuetudinária e cultural depende profundamente da floresta.”

Arkilaus Kladit

líder tribal e membro do Conselho
dos Povos Indígenas Knasaimos

³ <https://www.tempo.co/sains/jaga-hutan-suku-knasaimos-tolak-perusahaan-besar-kelapa-sawit-957762>

RESUMO

Com o apoio das organizações locais Bentara Papua e Greenpeace Indonésia, os clãs Knasaimos-Tehit realizaram o **mapeamento participativo** de suas terras tradicionais e iniciaram o longo processo de obtenção **do reconhecimento legal dos direitos dos PI&CL**.

Após obterem, em 2014, uma permissão de “Floresta Comunitária” (Village Forest) para as terras de dois clãs, eles conquistaram o reconhecimento legal de seus direitos territoriais pelo governo da regência local⁴ e, agora, solicitaram a concessão de uma “Floresta Consuetudinária” (Customary Forest) para a totalidade dos 97.411 hectares de suas terras tribais reivindicadas.



Arkilaus Kladit, líder tribal e membro do Conselho dos Povos Indígenas Knasaimos, ao lado de uma árvore de merbau derrubada.

Crédito da foto: © Jurnasyanto Sukarno / Greenpeace

⁴ <https://www.greenpeace.org/international/press-release/67588/major-land-rights-win-for-indigenous-peoples-over-forest-area-the-size-of-hong-kong-in-southwest-papua/>

O reconhecimento legal por meio da permissão de “Floresta Comunitária” (Village Forest) permitiu que a comunidade assumisse diretamente a proteção de suas florestas.

“Um dia, enquanto fazíamos patrulha em nossa floresta, descobrimos que árvores de merbau, ou madeira-de-ferro (Intsia bijuga), haviam sido cortadas ilegalmente. O merbau é uma das principais espécies visadas pelos madeireiros ilegais. Pegamos as pessoas que fizeram isso e aplicamos uma multa consuetudinária de 40 milhões de rúpias (cerca de 2.700 dólares).”

Arkilaus Kladit

A comunidade também vem realizando um importante trabalho de **fortalecimento institucional**, especialmente por meio do aumento da participação de **mulheres e jovens** na gestão florestal. O mapeamento das florestas e o treinamento de guardas para **proteção e manejo** são esforços contínuos.

Além disso, a comunidade estabeleceu empreendimentos geridos por mulheres, incluindo o processamento do sagu, abundante em suas terras, para a produção de farinha de sagu, bem como a fabricação de chips de banana para consumo local e comercialização. O sagu é tradicionalmente a principal fonte de amido da comunidade local e tem sido manejado e colhido com sucesso por muitas gerações, com base em conhecimentos tradicionais.

A ampliação dessa prática para um **pequeno empreendimento comunitário de recursos naturais** tem se mostrado cultural e economicamente eficaz. Durante a recente pandemia de COVID-19, quando as importações de arroz foram interrompidas, a comunidade forneceu sagu às aldeias vizinhas, reforçando a soberania alimentar local.

“Minha esperança para o futuro é que tudo isso possa funcionar cada vez melhor, para que possamos continuar aproveitando os benefícios de produzir esses produtos florestais. E que nossos netos se sintam entusiasmados em continuar o desenvolvimento desses produtos da floresta.”

Yosepina Sreklefat



Yosepina Sreklefat, da Cooperativa Mangraholo-Sira, mostra alguns dos produtos de sagu que estão sendo comercializados.

Crédito da foto: © Igor O'Neil / Greenpeace

“Antigamente, os jovens e as mulheres tinham papéis limitados nos fóruns das nossas práticas tradicionais, mas os tempos mudaram, e hoje eles participam de todas as atividades.

Esforçamo-nos para continuar esse progresso, aumentando nossa capacidade de manejar a terra de forma sustentável e em uma escala que atenda efetivamente às nossas necessidades básicas. O dinheiro é apenas uma ferramenta que ajuda a sustentar nossas vidas, mas podemos sobreviver sem ele, pois temos acesso a alimentos e a recursos suficientes para nossas necessidades diárias.”

Arkilaus Kladit

Com o sucesso dessas soluções florestais comunitárias voltadas ao fortalecimento de capacidades, o povo Tehit-Knasaimos passou a receber e gerenciar diretamente recursos de **financiamento de acesso direto**, para dar continuidade à sua visão de futuro. Essas ações incluem treinamentos em levantamento e manejo florestal, processamento e comercialização do sagu, patrulhamento das florestas para prevenir extrações não autorizadas e educação de jovens.

“Nosso vínculo com as florestas Knasaimos e com a natureza é profundo e intrínseco. Somos parte dela, e as florestas são o nosso sangue vital, entrelaçadas no tecido da nossa existência.”

Arkilaus Kladit

Processamento de sagu na aldeia de Sira, território Knasaimos, Papua.
Crédito da foto: © Jurnasyanto Sukarno / Greenpeace



BACIA DO CONGO – SOLUÇÕES FLORESTAIS – ESTUDO DE CASO 2
COMUNIDADE LOKOLAMA, REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

LOKO LAMA:

**NO CORAÇÃO DAS SOLUÇÕES
FLORESTAIS LIDERADAS POR
POVOS INDÍGENAS NA BACIA
DO CONGO**

Comunidade / Projeto / Iniciativa:

Lokolama

Localização:

Équateur Province, Democratic Republic of Congo (DRC)

Área:

10,151 hectares

Soluções florestais:

Reconhecimento legal dos direitos dos PI&CL

Mapeamento participativo

Empreendimento comunitário de recursos naturais

Proteção florestal

Gestão florestal comunitária

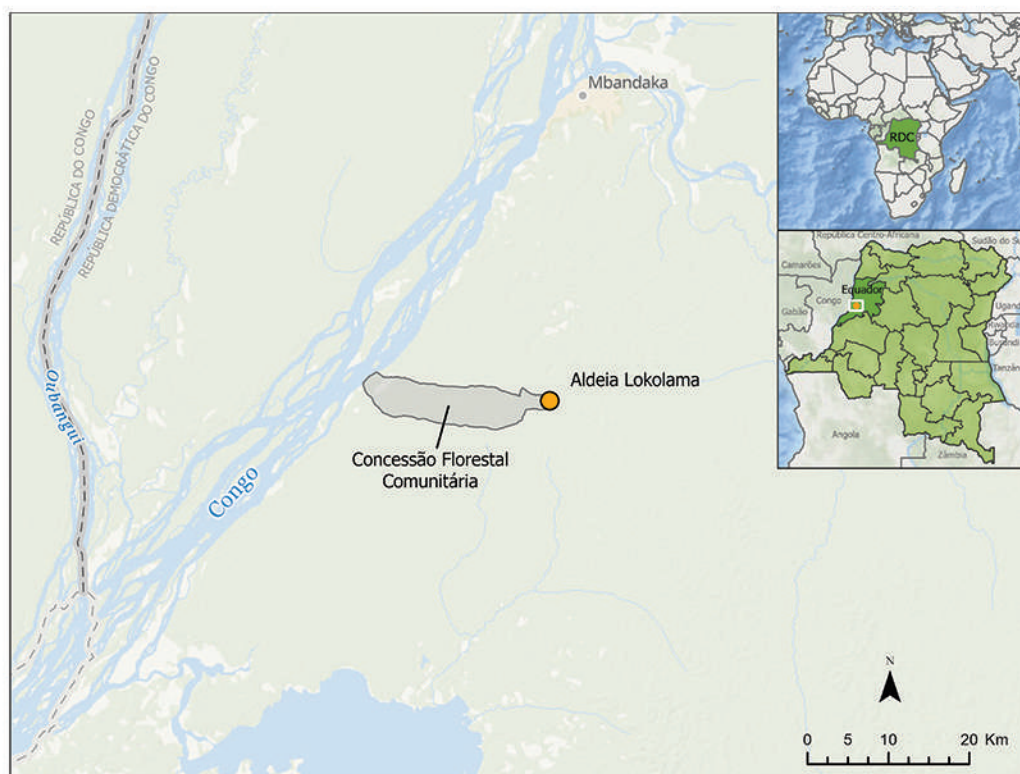
Mulheres e juventude

INTRODUÇÃO

Lokolama é uma aldeia indígena do povo Batwa, localizada na província do Équateur, no coração da floresta tropical da Bacia do Congo, na República Democrática do Congo (RDC). Essa região abriga um dos ecossistemas florestais e de turfeiras mais importantes do planeta, fundamentais para o armazenamento de carbono e a regulação do clima global.

Para os Povos Indígenas de Lokolama, a floresta não é apenas um ecossistema — é a base de sua identidade, cultura e espiritualidade. É também sua principal fonte de subsistência, fornecendo alimentos, plantas medicinais, materiais de construção e energia. Nesse sentido, a floresta e as turfeiras são inseparáveis da sobrevivência e do bem-estar da comunidade, além de constituírem a base de seus sistemas de conhecimento tradicional e práticas sustentáveis de manejo, transmitidos de geração em geração.

Ao obterem, pela primeira vez, o título legal de suas terras ancestrais, o povo de Lokolama demonstra como **garantir o reconhecimento jurídico dos direitos territoriais** e fortalecer sua autonomia permite que os Povos Indígenas protejam a Bacia do Congo e contribuam para as soluções climáticas globais.





Duas mulheres indígenas de Lokolama
comendo alimentos provenientes
de sua floresta comunitária.

Crédito da foto: © Junior D. Kannah / Greenpeace

RESUMO

A comunidade de Lokolama é uma poderosa guardiã das florestas da Bacia do Congo. No coração de seu território encontra-se um dos maiores complexos de turfeiras tropicais do mundo, descoberto em 2017, que armazena bilhões de toneladas de carbono⁵ — um elemento vital para a estabilidade climática global.

Há gerações, os habitantes de Lokolama vivem em harmonia com a floresta, que sustenta sua cultura, seus meios de vida e sua identidade. Mas hoje eles enfrentam ameaças crescentes do desmatamento, das indústrias extrativistas, das violações de direitos humanos e da marginalização sistêmica. Garantir seus direitos territoriais não é apenas uma questão de justiça — é fundamental para proteger os ecossistemas da Bacia do Congo e o futuro do planeta.

Povos indígenas segurando uma faixa com os dizeres “Nós somos a floresta, nós somos a solução”, após uma reunião comunitária em Lokolama.

Crédito da foto: © Junior / Greenpeace



⁵ <https://www.greenpeace.org/africa/en/press/1792/scientists-confirm-presence-of-peatlands-in-the-democratic-republic-of-congo/>

Em 2019, após anos de trabalho de incidência e defesa de direitos, com o apoio do Greenpeace África, Lokolama tornou-se a primeira comunidade composta exclusivamente por povos indígenas na Província do Équateur a obter um título de concessão de floresta comunitária. Por meio de um **processo de mapeamento participativo**, a comunidade delimitou claramente as fronteiras de suas terras ancestrais, o que levou ao **reconhecimento legal de seus direitos** e à garantia de 10.151,11 hectares de floresta.⁶

“Até recentemente, nós, povos indígenas de Lokolama, jamais poderíamos imaginar ter direitos sobre nossas próprias florestas. Hoje, graças ao manejo florestal comunitário, nos libertamos das atividades ilegais das madeireiras e reconquistamos o controle sobre nossas terras. Agora, trilhamos nosso próprio caminho rumo ao desenvolvimento sustentável — protegendo nossa floresta enquanto construímos nosso futuro.”

Valentin Engobo Lufia

líder indígena da aldeia de Lokolama

Em suas florestas comunitárias, os povos indígenas de Lokolama já estão desenvolvendo iniciativas locais para melhorar suas condições socioeconômicas, ao mesmo tempo em que participam ativamente da restauração da biodiversidade, graças ao **manejo florestal comunitário**.

“Com base em nossos conhecimentos tradicionais, praticamos a agricultura de subsistência em pequena escala, para preservar nossas florestas e evitar o desmatamento em larga escala. Fazemos a extração sustentável de produtos florestais não madeireiros, como o Ndele (ráfia), que utilizamos para confeccionar esteiras, cobrir telhados e produzir utensílios essenciais. Esses produtos também representam uma fonte de renda, permitindo-nos sustentar nossas famílias enquanto mantemos a saúde e a integridade da floresta.”

Josué

membro indígena da aldeia de Lokolama

Um indígena construindo sua casa com Ndele (ráfia) e com a renda proveniente da concessão de floresta comunitária.

Crédito da foto: © Junior / Greenpeace

⁶ <https://www.greenpeace.org/afrika/fr/communiqués-de-presse/6693/le-peuple-autochtone-du-village-lokolama-obtient-sa-concession-forestiere-une-premiere-en-rdc/>

Por gerações, os povos indígenas de Lokolama têm transmitido conhecimentos e práticas tradicionais que moldam sua relação harmoniosa com a natureza. Seus meios de subsistência dependem principalmente da agricultura sustentável em pequena escala, praticada sem técnicas destrutivas, para atender às necessidades alimentares enquanto protegem as florestas ao redor. Essas práticas consuetudinárias ajudam a preservar os sensíveis ecossistemas de turfeiras onde vivem, hoje reconhecidos como um dos maiores reservatórios de carbono do mundo.⁷ Sua abordagem — baseada na moderação, na sabedoria ancestral e no respeito aos ciclos naturais — ilustra a resiliência e o papel de guardiões ambientais dos povos indígenas na **proteção das florestas** e na luta contra as mudanças climáticas.

Ao integrar seus conhecimentos tradicionais com abordagens modernas de manejo comunitário, os povos indígenas demonstram que seus **empreendimentos comunitários de recursos naturais** são uma solução florestal local. Esse modelo serve como uma alternativa viável aos modelos extrativistas e pode inspirar estratégias de conservação e desenvolvimento em toda a Bacia do Congo.

Cinco anos após obter oficialmente o título de floresta comunitária, a experiência de Lokolama ilustra o sucesso de um modelo de manejo baseado no **reconhecimento legal dos direitos dos povos indígenas** de manejar suas florestas de forma sustentável. Esse processo não apenas fortaleceu a governança local por meio da liderança comunitária, como também promoveu a conservação comunitária de um ecossistema único: as turfeiras da Bacia do Congo.



Duas mulheres indígenas de Lokolama preparando Kwanga, alimento tradicional local.

Crédito da foto: © Junior / Greenpeace

⁷ Dargie, G. C., et al. (2017). Idade, extensão e armazenamento de carbono do complexo de turfa da Bacia Central do Congo. Nature, 542, 86–90. <https://theconversation.com/congo-peat-swamps-store-three-years-of-global-carbon-emissions-imminent-oil-drilling-could-release-it-187101>

Diante das crescentes ameaças impostas pelas mudanças climáticas, os povos indígenas de Lokolama desempenham um papel fundamental na proteção de uma das turfeiras mais ricas em carbono do mundo. Seu compromisso demonstra a capacidade das comunidades indígenas, quando possuem direitos assegurados e o apoio adequado, de **proteger de forma eficaz as florestas tropicais**.

“Ao protegermos nossas florestas e manejá-las por conta própria, salvaguardamos nossa cultura, nossas casas e o futuro do planeta. Lokolama é um farol de esperança para todos os povos indígenas e para o mundo.”

Valentin Engobo Lufia
Líder indígena
da aldeia de Lokolama



Comunidades indígenas durante um fórum comunitário conduzido por Valentin Engobo, líder indígena em Lokolama.

Crédito da foto: © Junior / Greenpeace

An aerial photograph of a lush, dense Amazon rainforest. A dark, winding river flows through the center of the forest, surrounded by thick green foliage. The perspective is from above, looking down on the canopy.

HISTÓRIAS DE SUCESSO NA FLORESTA AMAZÔNICA BRASILEIRA

**Soluções Florestais
no Brasil – Estudos de Caso 1 e 2
Regiões do Médio Juruá e Médio Purus**

INTRODUÇÃO

No estado brasileiro do Amazonas, as regiões do Médio Juruá e do Médio Purus mantêm exemplos vivos da economia da sociobiodiversidade e da regeneração. Povos indígenas, comunidades ribeirinhas e agricultores familiares construíram sistemas sustentáveis que combinam geração de renda, segurança e soberania alimentar, valorização cultural e conservação ambiental.

Considerando a crise climática, essas comunidades demonstram que soluções sociobioeconômicas locais já existem na Amazônia — sustentando tanto as pessoas quanto a natureza. Ao longo das últimas gerações, elas conquistaram o **reconhecimento legal dos direitos dos PI&CL**, estabeleceram **sistemas agroflorestais**, adotaram a autogestão e desenvolveram cadeias de valor baseadas em recursos florestais e modos de vida tradicionais.

No entanto, o passado da região revela marcas de exploração. A Amazônia foi o maior exportador mundial de borracha até o século passado, sob um sistema controlado por barões que coagiam os PI&CL ao trabalho forçado, mantendo-os presos em dívidas e privados de autonomia. Depois, veio o avanço da fronteira do agronegócio, provocando desmatamento, grilagem de terras e incêndios florestais. Ainda assim, houve uma onda de mobilização social nos anos 1990, com os povos da floresta reivindicando seus territórios e reconstruindo suas comunidades com base no uso sustentável dos recursos naturais. Apesar dos desafios e conflitos, essas iniciativas se refletiram na **manutenção da cobertura florestal** e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os casos a seguir podem e devem ser replicados para transformar o atual modelo de uso da terra na Amazônia e além dela. Eles mostram que o **manejo comunitário** é uma ferramenta poderosa para enfrentar a destruição dos ecossistemas, a pobreza e a erosão cultural. Mais do que simples alternativas, as soluções florestais reconhecem a importância das pessoas, investindo no **fortalecimento das instituições locais** e na valorização de seus produtos e conhecimentos, mostrando que a verdadeira riqueza não está no que se extrai, mas no que se cultiva.

ESTUDO DE CASO 1

Comunidade / Projeto / Iniciativa:

Região do Médio Juruá

Localização:

Estado do Amazonas, Brasil

Área:

2.451.207 hectares (~5.758 habitantes)⁸

Soluções florestais:

Cadeia de valor da sociobiodiversidade

Reconhecimento legal dos direitos dos PI&CL

Mulheres e juventude

Proteção florestal

Financiamento de acesso direto

Manejo florestal comunitário

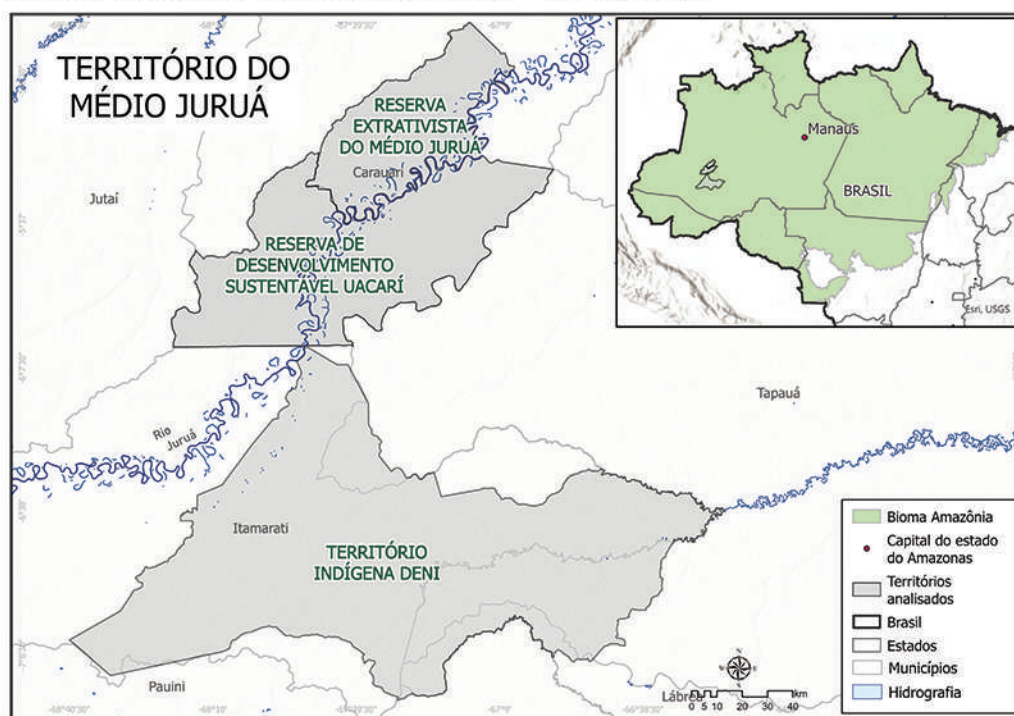
⁸ Resex Médio Juruá (Unidade de Conservação Federal): Ministério do Meio Ambiente (MMA);
RDS Uacari (Unidade de Conservação Estadual): Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA/AM);
Terra Indígena Deni: Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI);
e dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2022.

“É possível viver sem derrubar uma única árvore. Não conheço nenhuma comunidade que destrua o meio ambiente e viva bem. Conheço padrões que melhoraram de vida, mas não comunidades.”

Manoel Cunha

seringueiro e líder comunitário do Médio Juruá

Entre os municípios de Carauari e Itamarati, a região do Médio Juruá abrange florestas de terra firme e ecossistemas de várzea ricos em biodiversidade — do açaí aos botos-cor-de-rosa. Após décadas de resistência, as comunidades conquistaram um mosaico de áreas protegidas que hoje formam um dos modelos mais bem-sucedidos de governança florestal participativa da Amazônia: a Reserva Extrativista Médio Juruá – RESEX (1997), a Terra Indígena Deni (2003) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari – RDS (2005).



(MapBiomias, 2025)

Inspirados pelos movimentos sociais liderados por Chico Mendes, seringueiros, ribeirinhos e povos indígenas se uniram para defender seus territórios, encerrar o desmatamento e expulsar os invasores. Hoje, seus meios de vida baseiam-se no manejo territorial sustentável e participativo. Nas duas reservas (RESEX e RDS), conselhos deliberativos definem regras coletivas de uso da terra e conservação, enquanto a Terra Indígena Deni segue um plano de manejo que formaliza o conhecimento tradicional e as práticas de uso dos recursos naturais.⁹ Como resultado, 99% do território permanece coberto por florestas e ecossistemas naturais (MapBiomias, 2025).

⁹ Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA) - para as Unidades de Conservação e Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - para as Terras Indígenas



A vegetação cobre o rio no Médio Juruá,
uma das regiões mais preservadas
da Amazônia brasileira.

Crédito da foto: © Nilmar Lage / Greenpeace

A Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), criada em 1994, transformou a realidade local ao unir e organizar a população. Hoje, é a maior associação regional, com mais de 900 famílias envolvidas em cadeias de valor sustentáveis da sociobiodiversidade. A associação também liderou projetos que melhoraram o saneamento, a educação local e a logística de transporte, conhecidos como Comércio Ribeirinho¹⁰. Essas ações trouxeram dignidade, estabilidade econômica e maior autonomia para comunidades que, por muito tempo, haviam sido marginalizadas.

As cadeias de valor da sociobiodiversidade incluem:

● **Pirarucu** (*Arapaima gigas*):

Antes ameaçado de extinção, esse peixe emblemático se recuperou graças ao manejo sustentável. Em 15 anos, a população aumentou cinquenta vezes¹¹, tornando a região uma referência em conservação liderada por comunidades.



Transporte de peixes pirarucu capturados por meio de manejo sustentável, atualmente a principal fonte de renda¹² na região do Médio Juruá.

Crédito da foto: © Bernardo Oliveira / Asproc

● **Andiroba** (*Carapa guianensis*) e **Murumuru** (*Astrocaryum murumuru*):

Os óleos dessas espécies são processados em sabonetes, xampus e cosméticos por cooperativas de mulheres, gerando renda e promovendo o empoderamento.

¹⁰ ASPROC - Associação dos Produtores Rurais de Carauari - AM - <https://asproc.org.br/projeto-comercio-ribeirinho/>
<https://asproc.org.br/2024/10/05/asproc-vai-a-escolas-apresentar-projeto-sanear-amazonia-de-acesso-a-agua-e-saneamento/>

¹¹ Instituto Juruá: <https://institutojurua.org.br/>

¹² Pesquisa do Greenpeace Brasil e Equator Initiative

● **Borracha** (*Hevea brasiliensis*):

Ainda extraído manualmente, o látex natural abastece a produção de luvas cirúrgicas e preservativos, e a indústria de pneus consome cerca de 80%. Cada hectare manejado remove aproximadamente 1,4 tonelada de CO₂ por ano, contribuindo para o sequestro de carbono.¹³



Líquido branco é o látex utilizado na borracha extraída de uma árvore nativa da Amazônia.

Crédito da foto: © Nilmar Lage / Greenpeace

● **Farinha de mandioca** (*Manihot esculenta*):

Alimento básico e elemento cultural produzido coletivamente nas chamadas “casas de farinha”, que também funcionam como espaços de convivência comunitária.



Produção familiar em uma casa de farinha na comunidade Bauana, na RDS.

Crédito da foto: © Nilmar Lage / Greenpeace

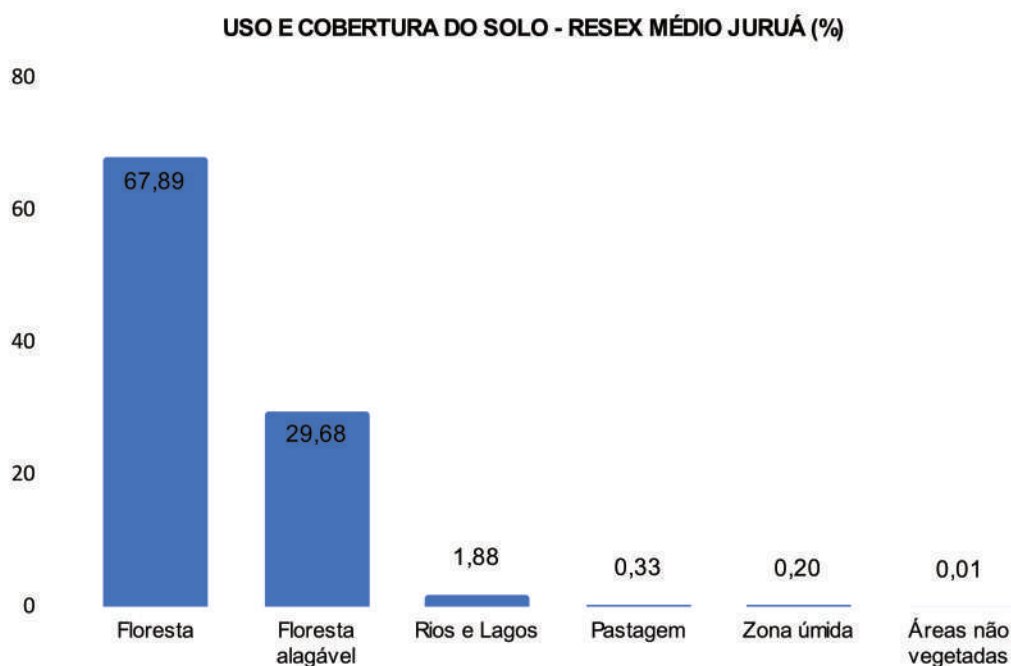
¹³ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Borracha natural: a estrela em ascensão? Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/919541/1/24170.pdf>

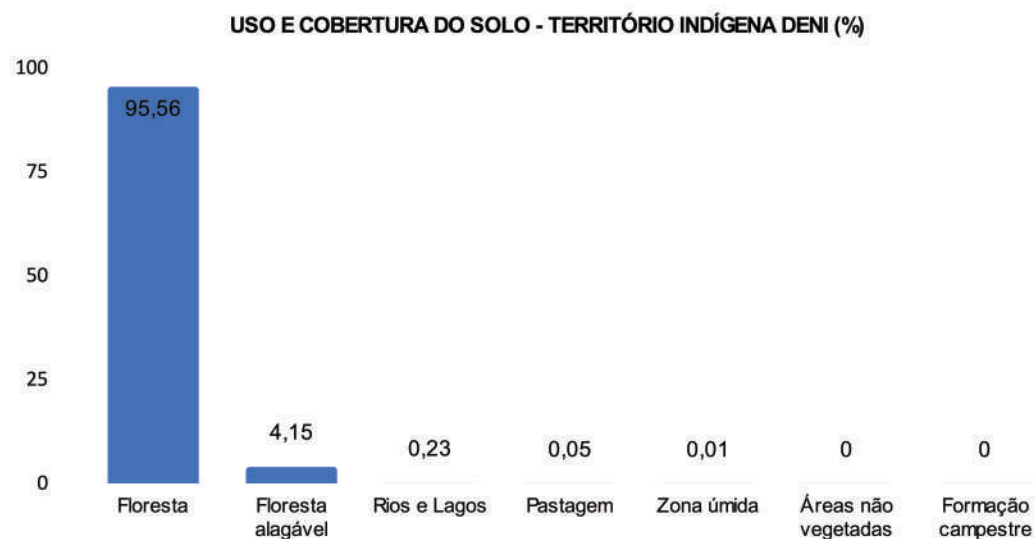
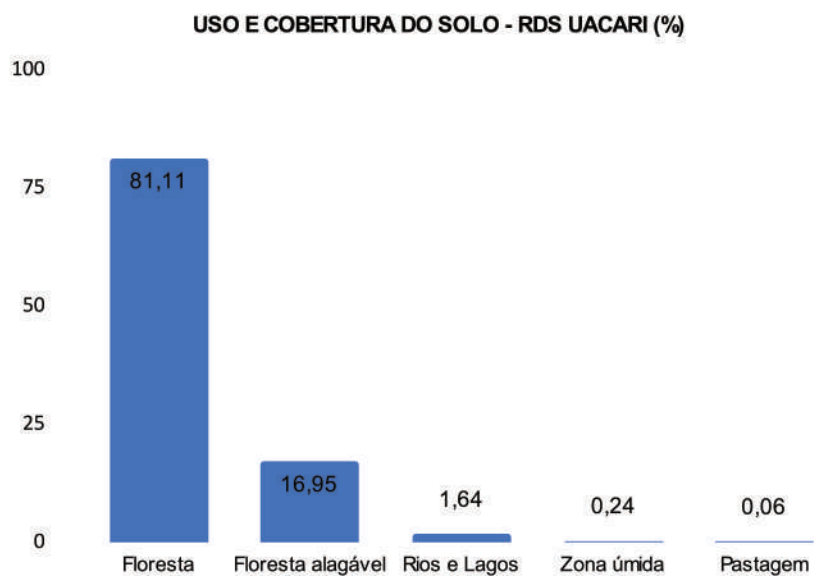
Outros produtos incluem açaí, mel, tapioca, biocosméticos, biojoias, marchetaria, manejo de tartarugas e produtos agrícolas. Por meio de programas públicos como o Bolsa Verde, o PGPMBio e o Fundo Amazônia, e de parcerias como o Movimento de Educação de Base (MEB), as comunidades alcançaram melhorias concretas na qualidade de vida: moradias mais adequadas, melhores serviços de saúde e educação, além de maior capacidade de investimento.

Mulheres e jovens agora desempenham papéis crescentes de liderança e participação nas decisões, impulsionando tanto a produção quanto a governança. Suas conquistas demonstram que a **proteção da floresta** é compatível com a prosperidade, quando orientada pela participação coletiva e equitativa. No entanto, o apoio e a infraestrutura ainda são insuficientes para o processamento, armazenamento e transporte, especialmente do pirarucu e dos óleos florestais.

A dependência financeira, o acesso limitado ao crédito e a baixa valorização de mercado dos produtos sustentáveis continuam sendo barreiras à estabilidade econômica de longo prazo — desafios que poderiam ser atenuados com a ampliação do acesso a mecanismos de **financiamento de acesso direto**. As mudanças climáticas agravam essas vulnerabilidades, com secas severas ameaçando as atividades pesqueiras e a mobilidade.

Mesmo diante desses obstáculos, o Médio Juruá se mantém como referência global em **manejo florestal comunitário**, demonstrando que o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental podem se fortalecer mutuamente.





14

¹⁴ Os três gráficos são análises espaciais realizadas pela Coordenação de Pesquisa do Greenpeace Brasil com dados de uso e cobertura do solo do Mapbiomas - Coleção 10

ESTUDO DE CASO 2

Comunidade / Projeto / Iniciativa:

Terra Indígena Caititu

Localização:

Município de Lábrea, Estado do Amazonas, Brasil

Área:

aproximadamente 309.000 hectares (~2.900 habitantes)¹⁵

Soluções florestais:

Cadeia de valor da sociobiodiversidade

Reconhecimento legal dos direitos dos PI&CL

Sistemas agroflorestais (SAFs)

Proteção florestal

Mapeamento participativo

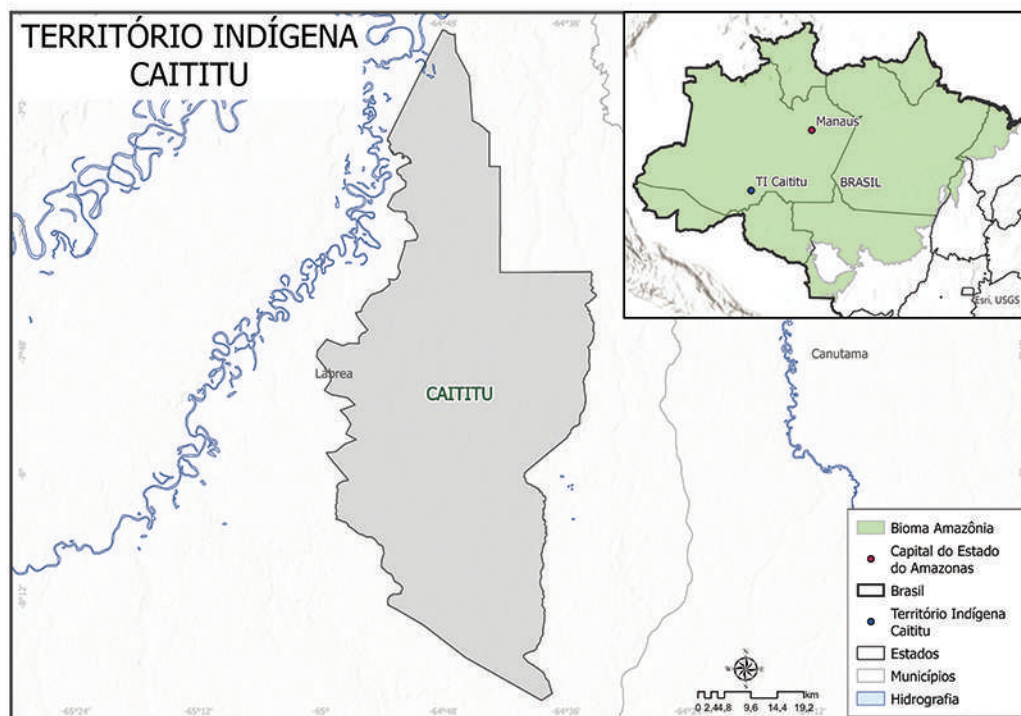
Manejo florestal comunitário

¹⁵ Instituto Socioambiental (ISA), Terra Indígena Deni : <https://terrasindigenas.org.br/>



“Por meio dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), garantimos alimento e riqueza para nossas mesas. Isso fortaleceu nossos conhecimentos sobre o plantio e os usos medicinais.”

Maria dos Anjos Apurinã
conhecida como “Rainha dos SAFs”



16

¹⁶ Instituto Socioambiental (ISA), Terra Indígena Deni : <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3633>

RESUMO

A Terra Indígena Caititu (TI Caititu), demarcada em 1991, é um dos territórios indígenas oficialmente reconhecidos mais antigos da região do Médio Purus. Lar dos povos Apurinã, Paumari e Jamamadi, abrange 34 aldeias ao longo dos rios Umari, Passiá e Puciari — afluentes do rio Ituxi. Apesar de sua proximidade com o centro urbano de Lábrea, a apenas 1,5 km de distância, a área permanece com mais de 97% de cobertura de vegetação natural, sendo 88% classificada como floresta intacta,¹⁷ servindo como uma proteção essencial contra o avanço do desmatamento e da expansão do agronegócio.



Área degradada pelo fogo na Terra Indígena Caititu.

Crédito da foto: © Marizilda Cruppe / Greenpeace

O processo de demarcação marcou o retorno dos Apurinã às terras ancestrais e o início de sua trajetória rumo à autonomia. Com o apoio de organizações como a Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus (OPIMP) e a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP), a comunidade iniciou a reconstrução da resiliência cultural, econômica e ambiental, por meio do planejamento coletivo, do **etnomapeamento participativo** do território e da revitalização dos conhecimentos tradicionais.

¹⁷ MapBiomas. Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra no Brasil. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>

● **Sistemas Agroflorestais (SAFs) e Reflorestamento:**

Um dos pilares do desenvolvimento sustentável em Caititu, atualmente existem 37 unidades de SAFs em 21 aldeias, cobrindo mais de 40 hectares.¹⁸ Esses sistemas integram cultivos como mandioca, banana, açaí, abacaxi, urucum e plantas medicinais. Estabelecidos em 2014, os SAFs regeneraram áreas degradadas, transformando-as em florestas produtivas que produzem alimentos saudáveis, sequestram carbono e regulam o clima. Além da recuperação ambiental, fortalecem a autonomia local e reduzem a dependência de produtos industrializados. São também espaços de revitalização cultural, onde os mais velhos transmitem saberes sobre as plantas e os mais jovens aprendem os modos tradicionais de cultivo.

● **Coleta de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) e outros produtos da sociobiodiversidade:**

Há gerações, a castanha-do-brasil tem sustentado as famílias locais. Até recentemente, os intermediários exploravam os produtores de modo semelhante aos antigos patrões da borracha. Com o apoio da OPAN (Operação Amazônia Nativa), o povo Apurinã organizou a produção sob a APITC (Associação dos Produtores Indígenas da TI Caititu), coordenando as etapas de coleta, armazenamento e comercialização. Entre 2017 e 2023, as comunidades venderam mais de 1.100 latas de castanha, gerando cerca de 77 mil reais para os fundos familiares. Elas também gerenciam a produção de farinha de mandioca, açaí e urucum, integrando práticas sustentáveis com acesso ao mercado, promovendo autonomia econômica e fortalecimento das poupanças familiares.



Produção de urucum na Terra Indígena Caititu, um produto da sociobiodiversidade cultivado e comercializado na região.

Crédito da foto: © Marizilda Cruppe / Greenpeace

¹⁸ <https://observatoriobr319.org.br/povo-apurina-cultiva-agrofloresta-ti-caititu-amazonas/>

● Brigada Indígena de Incêndio e Proteção Ambiental:

Para combater os incêndios recorrentes vindos de fazendas de gado próximas, os moradores criaram, em 2022, a Brigada Indígena de Incêndio Caititu. Oficialmente contratada pelo IBAMA/Prevfogo em 2025, ela conta atualmente com 15 integrantes treinados e equipados para monitorar e controlar incêndios florestais durante a estação seca. A brigada protege tanto as florestas quanto os sistemas agroflorestais, evitando perdas e garantindo a segurança da comunidade. A cooperação com a experiente Brigada Tenharim, de Humaitá, fortalece o treinamento e a logística.



Brigada Indígena de Incêndio
da Terra Indígena Caititu
a caminho do trabalho.

Crédito da foto: © Marizilda Cruppe / Greenpeace

Os Apurinã da Terra Indígena Caititu alcançaram grandes avanços em diversificação econômica, soberania alimentar e restauração ambiental. Escolas comunitárias, espaços coletivos de saúde e o uso de plantas medicinais contribuíram para melhorar o bem-estar. **Mulheres e jovens** assumem cada vez mais papéis de liderança na produção e na governança, representando uma nova geração de guardiões da floresta.

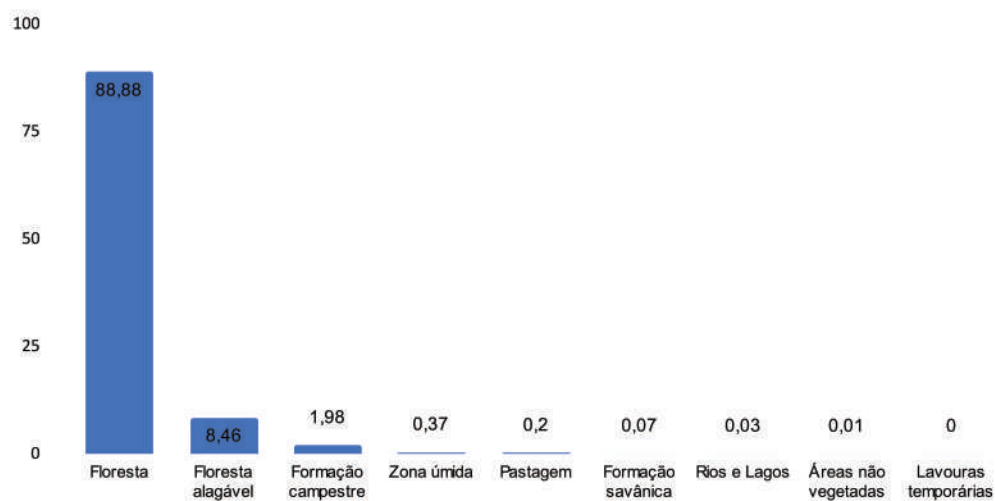
No entanto, os desafios persistem. Muitas iniciativas ainda dependem de financiamento externo, e as comunidades carecem de infraestrutura adequada para processamento, armazenamento e transporte. O acesso limitado a **financiamento direto**, energia renovável, água potável e serviços de saúde continua sendo um obstáculo, enquanto as mudanças climáticas, com secas intensas e ondas de calor, seguem ameaçando a agricultura e a mobilidade. A continuidade cultural também está em risco: resta apenas um falante fluente da língua Apurinã, o que evidencia a urgência de preservar a língua e os conhecimentos tradicionais.



Casa tradicional “oca”
construída para encontros
em uma das aldeias Apurinã.

Crédito da foto: © Marizilda Cruppe / Greenpeace

USO E COBERTURA DO SOLO - TERRITÓRIO INDÍGENA CAITITU (%)



19

¹⁹ Análises espaciais realizadas pela Coordenação de Pesquisa do Greenpeace Brasil com dados de uso e cobertura do solo do Mapbiomas - Coleção 10: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>

Agradecimentos:

Comunidades e associações do Médio Juruá:

ASPROC, ASMANJ, CODAEMJ, JLPC, Comércio Ribeirinho, ASPODEX, AMARU, AMECSARA, AANE

Comunidades e associações da Terra Indígena Caititu:

APITC, FOCIMP, APIABV, ASSOAB e Brigada Indígena de Incêndio

Organizações parceiras e apoio institucional:

OPAN, ICMBio, SEMA/AM, Memorial Chico Mendes, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Sitawi – Finanças do Bem, Institutos Juruá

SOLUÇÕES FLORESTAIS DA INDONÉSIA – ESTUDO DE CASO 2
ALDEIAS INDÍGENAS GUNAM E SETAWAR, KALIMANTAN OCIDENTAL

“A FLORESTA É O NOSSO SUPER- MERCADO”

Comunidade / Projeto / Iniciativa:

**Proteção Florestal dos Agricultores
Indígenas das Aldeias Gunam e Setawar**

Localização:

Província de Kalimantan Ocidental, Indonésia

Área:

9.964 hectares

Soluções florestais:

Fortalecimento institucional

Financiamento de acesso direto

Fortalecimento dos papéis de mulheres e jovens

Reconhecimento legal dos direitos territoriais dos PI&CL

Proteção florestal

Mapeamento participativo

Manejo florestal comunitário

Agrofloresta

INTRODUÇÃO

Em uma paisagem composta por **plantações de óleo de palma** e madeira para celulose, áreas de aldeias, hortas comunitárias, sistemas agroflorestais e florestas naturais, as comunidades indígenas agricultoras Dayak, na ilha de Bornéu, se empenham em proteger as florestas tradicionais que ainda restam.

Essas florestas possuem valor sagrado na cultura e nos costumes Dayak e são essenciais para manter as chuvas locais e temperaturas mais amenas. Elas também possuem alto valor de conservação, abrigando espécies raras e ameaçadas, como o macaco-de-cauda-de-porco (*Macaca nemestrina*), o pangolim (*Pholidota*), o tengkawang (*Shorea spp.*), o pau-ferro (*Eusideroxylon zwageri*) e, anteriormente, o orangotango (*Pongo pygmaeus*).

Moradores da aldeia de Gunam
discutindo o regulamento comunitário
sobre proteção florestal.

Crédito da foto: Harits Yowansyah / 4F



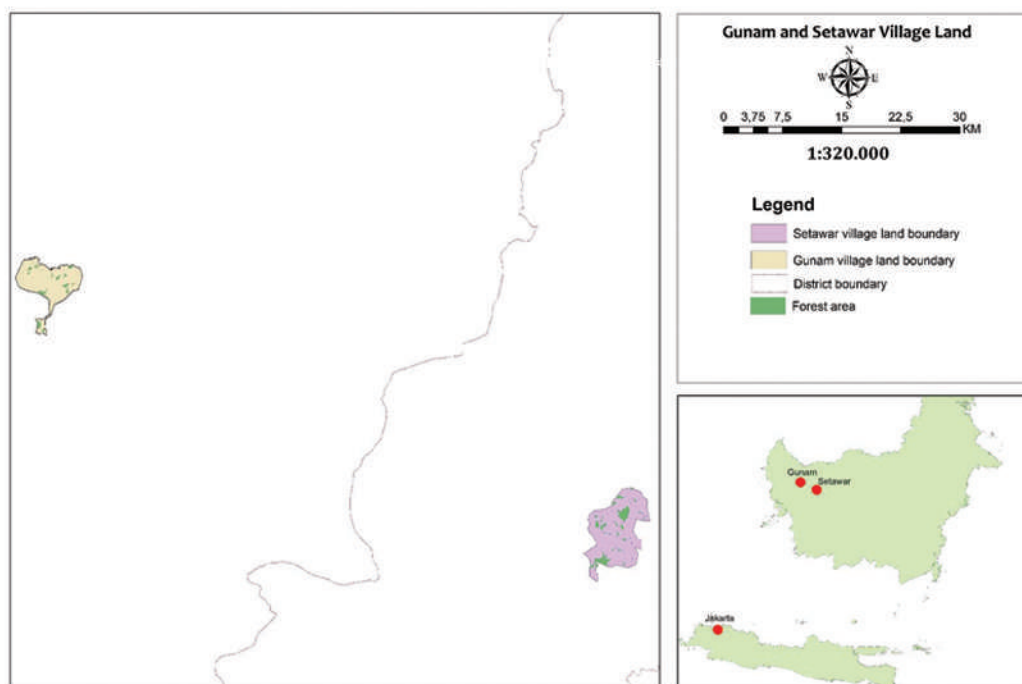


Ritual tradicional para pedir permissão aos ancestrais antes de entrar na floresta consuetudinária, aldeia de Gunam.

Crédito da foto: Marcel Andry/4F

Nos últimos 50 anos, as comunidades indígenas Dayak em Kalimantan Ocidental, Indonésia, foram severamente impactadas — primeiro pela exploração madeireira industrial, e depois pelo desmatamento impulsionado principalmente pela expansão das plantações industriais. Tradicionalmente, os meios de subsistência dos Dayak baseiam-se no cultivo itinerante de arroz de terras altas, na agrofloresta e na subsistência a partir dos recursos florestais. Muitos agricultores Dayak mantêm pequenas plantações de óleo de palma ou seringueira, além de áreas agroflorestais (*tembawang*) destinadas à produção de frutas, castanhas, vime, madeira e outros produtos da floresta. No entanto, as florestas tradicionais remanescentes continuam sendo fundamentais para seus meios de vida, costumes e conexão espiritual com a terra.

Em resposta às ameaças crescentes, duas aldeias — Gunam e Setawar, localizadas nos distritos de Sanggau e Sekadau, em Kalimantan Ocidental, tomaram uma posição contra a destruição das florestas. Declarando-se **livres de desmatamento (Deforestation-Free)**, buscam o **reconhecimento legal dos direitos territoriais dos PI&CL**. Com o apoio do Sindicato dos Pequenos Produtores de óleo de Palma da Indonésia (SPKS), da organização de **financiamento de acesso direto** - Fundação Agricultores pela Proteção Florestal (*Farmers for Forest Protection Foundation*) (4F)²⁰ - e do Greenpeace Internacional, para implementar um conjunto de soluções florestais, as duas aldeias estão protegendo 419 hectares de sua floresta consuetudinária.



²⁰ SPKS – Sindicato dos Pequenos Produtores de óleo de Palma da Indonésia.
Disponível em: <https://spks.or.id/> Farmers for Forest Protection Foundation (4F).
Disponível em: <https://farmers4forest.org/>

RESUMO

As florestas nas áreas das aldeias Gunam e Setawar continuam sob ameaça — tanto pela extração ilegal de madeira realizada por pessoas externas e por alguns membros da própria comunidade, quanto pela conversão para monoculturas comerciais. Para essas comunidades, a perda dessas florestas representa mais do que a perda da biodiversidade: significa também o risco de apagamento cultural e a destruição de locais sagrados onde vivem seus ancestrais.

Para enfrentar essas ameaças, as aldeias reconheceram a necessidade de obter direitos plenos sobre suas terras consuetudinárias e buscaram demonstrar os benefícios concretos da proteção florestal a todos os membros da comunidade. Uma oportunidade importante surgiu com o aumento da demanda global por produtos livres de desmatamento, o que passou a oferecer melhores preços para esse tipo de mercadoria. Assim, com o apoio de organizações parceiras, as comunidades iniciaram um processo de mapeamento de suas terras, identificando todas as florestas e demonstrando que estão conservando-as, além de implementar a rastreabilidade dos produtos, para poderem acessar cadeias de suprimentos e mercados de maior valor, como os da União Europeia.

Esse processo começou com o mapeamento social e fundiário da comunidade, seguido pelo **mapeamento participativo de suas terras**, incluindo todas as diferentes categorias de uso. À medida que as comunidades avançavam rumo ao controle pleno e à boa governança de suas terras e recursos naturais, tornou-se essencial contar com instituições e lideranças fortes.

Com base nas estruturas consuetudinárias e administrativas existentes, as organizações de apoio SPKS e 4F concentraram-se em oferecer capacitação para o **fortalecimento institucional**, com ênfase especial no fortalecimento da participação e do papel das **mulheres** e dos **jovens**.

Após as avaliações florestais realizadas com o kit de ferramentas Pequenos proprietários com florestas de alto estoque de carbono e alto valor de conservação (*Smallholder High Carbon Stock Forest and High Conservation Value*), utilizado para registrar a biodiversidade e os usos e práticas tradicionais da floresta, foi elaborado um **Plano de Manejo Florestal Comunitário**. O plano integrou ações de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais e foi desenvolvido por meio de um processo de consenso comunitário, garantindo adesão e acordo coletivo.

“Esperamos que o mundo possa compreender, valorizar e apoiar nossos esforços para proteger as florestas. Esperamos que todas as partes — especialmente o governo, os agentes econômicos e o mercado — possam nos apoiar por meio de políticas, programas e financiamento. Desejamos que nossos esforços para conservar as florestas gerem valor agregado e que nossos produtos sejam bem recebidos no mercado, de modo a sustentar nosso compromisso de manter as florestas vivas e preservadas de geração em geração.”

Beatus Pius Onomuo

líder indígena Dayak
do distrito de Sanggau,
Kalimantan Ocidental



Beatus Pius Onomuo
líder tribal Dayak na floresta
consuetudinária de Teringkang,
aldeia de Gunam.

Crédito da foto: © Afriadi Hikmal / Greenpeace

Com o apoio do **financiamento de acesso direto** da Embaixada da Nova Zelândia na Indonésia, por meio da 4F, estão sendo realizados pagamentos de “incentivo e benefício” para um programa de guardas florestais, destinado a garantir a **proteção das florestas**. Membros da comunidade, selecionados e autorizados pelo governo da aldeia, realizam patrulhas e monitoramento das áreas florestais, utilizando inclusive um aplicativo específico para coletar e compartilhar dados. Além disso, as duas aldeias desenvolveram e aprovaram regulamentos comunitários para a proteção de suas florestas consuetudinárias, e estão buscando o **reconhecimento legal pleno de seus direitos sobre essas florestas**.



Parcela de demonstração agroflorestal na floresta Engkulong, aldeia de Setawar.

Crédito da foto: © Harits Yowansyah / 4F

Para melhorar os benefícios para os meios de subsistência, as áreas **agroflorestais** tradicionais da comunidade — que são fonte de produtos florestais não madeireiros, como frutas de alto valor (por exemplo, durião), plantas medicinais ou vime — foram restauradas e renovadas com espécies locais.

“Atividades como essa precisam continuar. A floresta Engkulong foi preservada pelo povo da aldeia de Setawar. Esperamos poder dar continuidade a esse trabalho com atividades de ecoturismo ou turismo espiritual, e ampliar as ações que envolvam os grupos de mulheres.”

Adria Irminda
representante das mulheres e membro
do governo da aldeia de Setawar



Floresta Consuetudinária
de Teringkang, na aldeia de Gunam.
Crédito da foto: Marcel Andry / 4F